



GT– DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE HUMANA E SERVIÇO SOCIAL
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

SOMOS MULHERES E NÃO MERCADORIA: resistência feminista na sociedade patriarcal-capitalista

Ana Lúcia de Lima Gomes

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo central levantar argumentos para a análise do atual modelo de sociedade que estamos inseridos, tendo como aporte central a análise do binômio de dominação-exploração das mulheres, instaurado pela sociedade patriarcal-capitalista e a resistência das mulheres da classe trabalhadora frente a esse contexto. Dessa forma, para a construção dessa narrativa foi tomado como procedimento metodológico a compreensão desses dois sistemas de dominação de forma separada e posteriormente articulada, tendo como foco seus impactos na vida das mulheres da classe trabalhadora brasileira. Para estudo dessa realidade, foi tomada como referencial o método histórico dialético, dialogando com os/as principais autores/as que trabalham sobre a temática de pesquisa, de forma a contemplar a análise da sociedade a partir do trabalho como elemento central para compreender a desigualdade entre homens e mulheres no atual momento histórico. Dessa forma, os resultados apontam para a realidade de que este modelo de sociedade oprime as mulheres da classe trabalhadora mais perversamente, essa produção também tem como objetivo ser ferramenta para fomentar a luta contra o sistema patriarcal-capitalista, buscando servir de fomento para a luta feminista anticapitalista e para toda a classe trabalhadora no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres. Capitalismo. Patriarcado. Feminismo.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de forte avanço conservador, como está acontecendo no Brasil, a ousadia de fazer pesquisa social vai além de ser uma ferramenta para conhecer e atuar no real. Frente a esse contexto, fazer pesquisa de uma forma não neutra e para fortalecer a classe trabalhadora, é um meio de estar construindo mais uma etapa de resistência para que a história não seja perdida ou deturpada. Ademais, toda a pesquisa que ouse conhecer a classe trabalhadora, suas demandas, e os espaços que ela está (ou não) inserida, pode servir como ferramenta para o fortalecimento das armas e instrumentos na luta contra a dominação do capitalismo sobre a vida e a força de trabalho dessa classe.

O presente trabalho científico intitulado “SOMOS MULHERES E NÃO MERCADORIA: Resistência feminista na sociedade patriarcal-capitalista” tem como

objetivo levantar argumentos para a análise do atual modelo de sociedade que estamos inseridos, tendo como aporte central o estudo do binômio de dominação-exploração das mulheres instaurado pela sociedade patriarcal-capitalista, e a resistência das mulheres da classe trabalhadora frente a esse contexto. Dessa forma, para compreender essa relação é necessário ter como ponto de partida a realidade de que o Brasil, sendo um país de dimensões demográficas continentais, também é um alarmante contexto de desigualdade social.

A população brasileira é composta por 209.825.841 pessoas¹, dessas 51,09% são mulheres em sua maioria jovens (até os 29 anos) e jovens adultas (até 34 anos). São elas que estão nos subempregos, que ocupam massivamente a informalidade e ganham salários até 30% inferiores que os homens desempenhando as mesmas funções e que têm triplas jornadas de trabalho, sendo a maioria delas não remuneradas (como o cuidado da casa e dos familiares.).

Desde muito jovens é definido socialmente o que é "lugar de mulher". E essa cisão do que homens e mulheres podem fazer gera uma desigualdade que vai além da diferença biológica, é uma *desigualdade estrutural*. O cotidiano para as mulheres, também tem a forte marca da violência. As inúmeras formas de violação praticadas contra as mulheres no Brasil ficam evidentes quando temos a realidade do país ser o quinto² no ranking mundial de mortalidade das mulheres.

Partimos do acúmulo de que vivemos em uma sociedade de classes, ou seja, a lógica que perpassa os diversos cenários das relações sociais é influenciada pela lógica do Modo de Produção Capitalista vigente. Ainda, concordamos com a análise de que é necessário estudar a sociedade de forma dialética. Por isso, partimos da afirmativa de que o capitalismo é fundante para entender as desigualdades de sexo e que o agravamento dessas desigualdades também simboliza uma mutação no organismo do capital.

¹ Estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até a data de 24 de abril de 2019. Estima-se que o aumento médio do contingente populacional brasileiro seja de 19 segundos.

² Segundo dossiê do Instituto Patrícia Galvão. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#brasil-e-o-5o-no-ranking-de-homicidios-de-mulheres>> Acesso em abril de 2019.

Ademais, é necessário para que o movimento da pesquisa sirva de produção de conhecimento socializado buscamos sistematizar alguns pontos e discussões para fomentar o debate sobre a relação entre classe social e desigualdades patriarcais de sexo. Com isso, situamos a pesquisa aqui sintetizada como uma forma de fomento a luta anticapitalista.

Por compreender que o avanço da luta das mulheres deve estar articulado com a luta pela emancipação da classe trabalhadora, pois não há possibilidade de libertação das mulheres dentro da ordem do capital. Dessa forma, caminharemos o processo metodológico assim, distante da neutralidade e articulado com as mulheres e com a classe trabalhadora.

2 DESENVOLVIMENTO

A sociedade deve ser analisada como uma totalidade permeada de interferências que criam em seus encontros inúmeras possibilidades. Dessa forma, não é possível descartar o fator histórico e processual da conjuntura que vivemos hoje e seus inúmeros acontecimentos. Para compreender o processo atual de resistência das mulheres, partiremos da articulação de duas categorias centrais e articuladas. São elas: o patriarcado e o capitalismo.

Segundo Cristine Delphy (2009b, p.174) patriarcado vem a ser a "combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai.". Em linhas gerais isso significa que a sociedade é pautada na desigualdade entre homens e mulheres. E mais radicalmente, que os homens, na sociedade patriarcal, são superiores, comandantes e donos das mulheres. Dessa forma, quando utilizamos o termo patriarcado o que há, é uma busca por desvendar o papel da mulher na sociedade e a origem da dominação masculina.

De acordo com Saffioti (2004), essa ordem legitima a dominação dos homens sobre as mulheres, construindo uma narrativa de opressão sobre elas. Sendo o poder do homem maior que o das mulheres, constrói-se o binômio dominação-exploração

sobre elas. Designando aos homens serem donos das mulheres, gerando a eles privilégios e a condenação de todas as expressões tidas como femininas.

Inicialmente, o privilegio masculino era pautado para garantia da propriedade privada e da prole como sua (para garantir a herança e a força de trabalho). Não obstante, era feito o controle da vida sexual e reprodutiva das mulheres pelo homem que era tido como seu "dono". A transformação das mulheres em propriedades dos homens fez com que o patriarcado fosse expresso nas inúmeras esferas da vida social, e que fosse penetrando a sociedade enquanto sistema, como coloca Engels (2006):

"A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, [...] tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado". (ENGELS, 2006, pág. 75)

Com o advento de o patriarcado nascer mulher ou nascer homem nessa sociedade implicava na assimilação de inúmeros papéis sociais e regras, por vezes veladas, e em outros momentos escancaradas. E dessa forma a sociedade foi se forjando, gerada e nascitura de um sistema desigual onde sua composição biológica era fator central na definição de seu destino.

É justamente por isso que a frase emblemática – e muitas vezes deturpada – de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1980), quer dizer. Quando a autora diz que as mulheres não são definidas quando nascem, mas quando se tornam, a autora remete ao que é a construção social dos papéis de gênero na sociedade patriarcal. A mulher é definitivamente mulher quando é submetida ao arcabouço social do que representa ser mulher.

Hoje, ser mulher é imperativo no nascimento quando a criança recém-nascida já recebe uma roupa rosa, quando ganha bonecas e brinquedos que remetem a tarefas domésticas e de cuidado. Quando crescem e tem que "se dar ao respeito", aprender a cuidar da casa, cobrir seu corpo e dar prioridade à maternidade e ao casamento. Ainda, quando veladamente a sociedade é conivente com a violência

contra as mulheres, pois, “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, e a mulher deve aceitar a violência, pois, de alguma maneira ela mereceu aquela ação.

Não obstante, como supracitado, outra categoria que é central para tecer essa argumentativa, é a análise da sociedade capitalista. Dessa feita, consideramos a necessidade de articular de forma consubstanciada o engendramento da sociedade patriarcal com a origem das desigualdades de classe. Isso por que, para entender as relações sociais hoje partimos do acúmulo de que, patriarcado e capitalismo caminham juntos.

O capitalismo surge enquanto sistema econômico que divide a sociedade em duas classes fundamentais, a classe burguesa – detentora dos meios de produção – e a classe trabalhadora – detentora da força de trabalho –. A relação dessas classes produz riqueza para a sociedade, o grande problema é que essa riqueza é acumulada irrestritamente pela classe burguesa, deixando apenas migalhas para a classe trabalhadora. Nesse processo, as classes fundamentais tornam-se radicalmente antagônicas, isso por que, a classe trabalhadora produz riqueza com sua força de trabalho e a classe burguesa sorrateiramente se apropria da riqueza.

Mesmo que seja construído em bases sólidas e poderosas, o capitalismo usa de outros artifícios para legitimar essa dominação. Assim como Marx e Engels (1982) quando diziam no texto da obra *A Ideologia Alemã* que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” ilustrava que, para a construção de uma dominação hegemônica da classe dominante sobre a classe subalterna era necessário que os valores dessa classe dominassem e fossem impostos como norma para essa outra, legitimando e naturalizando assim a dominação burguesa.

O elemento central nessa equação é o trabalho. Entendemos o trabalho enquanto categoria fundamental para compreender as relações sociais existentes na sociedade de classes. Dessa forma, para ser fiel a essa análise é preciso ter como cenário da origem da desigualdade das mulheres a articulação entre trabalho e sexo, ou seja, a interligação de capitalismo e patriarcado. Como diz Cisne e Santos (2018):

[...] essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo

encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução de situações concretas da exploração e das múltiplas expressões. (CISNE, SANTOS.2018, p.25)

Dessa forma, articulando essas duas categorias tem-se o surgimento do sistema patriarcal-capitalista, que além de explorar extremamente a classe trabalhadora, explora de forma mais latente às mulheres que pertencem a essa classe. Dessa articulação é criada a Divisão Sexual do Trabalho¹.

Essa desigualdade faz com que as mulheres ocupem cargos ligados prioritariamente ao cuidado e a reprodução. Enquanto os homens dominam a esfera produtiva, as mulheres que ousarem adentrar nessa luta estão fadadas jornadas intensas de trabalho (remunerado e/ou não) e de mesmo em condições de capacitação equivalente – ou superiores – de estarem em posição desvalorizada.

Para Saffioti (2004), a base da sociedade patriarcal está determinadamente imbricada na sociedade capitalista, e por isso, isoladamente não são de fácil destruição e conjuntamente, possuem um poder exorbitante sobre a vida humana. Ideologicamente, essa discriminação não fica limitada ao campo da das relações sociais cotidianas, mas como normatizadas enquanto regras sociais perpassam o campo das relações de poder do Estado, da cultura e da religião, construindo em todas as esferas sociais a legitimação dessa dominação. Desta forma, segundo Saffioti (2004) esses sistemas devem ser entendidos de forma articulada e interdependente, como um nó:

[...] No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. (SAFFIOTI, 2004, p.125)

¹ [...] divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente (SECRETARIA, 2016).

É nessa linha de pensamento que situamos o sujeito histórico que é central para essa pesquisa, as mulheres da classe trabalhadora. Concebemos que o avanço na luta de classes contra o capitalismo só acontece de forma completa quando se reconhece a coalização do sistema patriarcal-capitalista. Da mesma forma, que a luta pela emancipação das mulheres só é completa com a superação do capitalismo.

Esse pensamento não é inaugurado por essa pesquisa, na verdade essa discussão está presente em vários momentos históricos da luta anticapitalista nas inúmeras organizações políticas que em determinado momento histórico detiveram atenção a condição das mulheres na sociedade de classes. Clara Zetkin (1896) em seu discurso no congresso do Partido da Social Democracia Alemã já deixava evidente que "Apenas a solidariedade socialista irá resolver o conflito que hoje é gerado pela atividade profissional das mulheres.", queria dizer – contrariando inúmeros líderes do Partido – que apenas articulando o socialismo e o feminismo¹ seria possível mudar a realidade das mulheres.

E por isso, entendemos que para fazer a discussão de um projeto de sociedade e lutar por ela, carece que façamos articulações importantes para entender a totalidade da realidade. Perceber a articulação entre esses dois sistemas é romper com uma análise mecânica da sociedade e vê-la como um todo articulado. Mas, as grandes perguntas para nós que ousamos colocar essa necessidade como algo central são: Como fazer com que as mulheres se identifiquem como sujeitos revolucionários? E como fazer com que as mulheres pobres se percebam no feminismo? Para isso, dialogamos com Cisne (2014):

(...) a mulher necessita de uma ruptura radical com a ideologia de naturalização dos sexos e toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si como sujeito, deixando de ser "o Outro", de ser apropriada para se autogovernar, ou melhor, para apropriar-se de si. Com isso, a descoberta da força individual das mulheres, torna-se, ao mesmo tempo, força política coletiva, posto

¹ O processo de resistência histórico dessa parcela da população surge dentro do processo de exploração. Foi no transcorrer das grandes revoluções na Europa que surge o que fica conhecido como Movimento Feminista. O feminismo, como descreve Simone de Beauvoir "é um modo de viver individualmente e de lutar coletivamente", é conceituado como um movimento social e político que tem sua gênese no final do século XVIII na Europa. Carrega a noção de consciência da desigualdade advinda do sistema patriarcal e luta por direitos e emancipação para as mulheres.

que essa apropriação de si, mexe com estruturas sociais como a família, as Igrejas, as Escolas, instituições jurídicas etc. (CISNE, 2014, p. 256)

Para que essa "ruptura radical" se efetive, entendemos que é necessário um processo metodológico e de ação para transformar a realidade. A *práxis revolucionária* da luta das mulheres deve estar associada à da classe trabalhadora. O primeiro passo é o conhecimento da realidade. As mulheres – assim como a classe trabalhadora – tem cotidianamente negado o seu acesso à história, a esse grupo é negado o conhecimento das metanarrativas do mundo e de sua própria história. A força ideológica que mascara o capital é real, está dada para todas as mulheres, principalmente para as da classe trabalhadora, que tem o acesso à educação de qualidade negado.

Conhecer é o primeiro passo, se reconhecer é o segundo. Nem sempre, as mulheres se percebem enquanto sujeito. Não é simples (mas é funcional para a ordem) que nos vemos enquanto pessoas com demandas específicas, que sofrem com violências específicas e têm necessidades iguais à tantas mulheres. Isso por que, só nos reconhecendo é que podemos ver nossas singularidades e nos organizarmos para lutar pela nossa vida. Para nós, é dentro do feminismo que as mulheres encontram possibilidade de resistência. Pois:

O pensamento ou teoria feminista procura responder por que as pessoas do sexo feminino são subordinadas socialmente, que estruturas sociais e/ou processos de interação as mantêm numa situação desfavorável de poder em relação aos homens, em diferentes dimensões da vida social. (SILVA, 2016, p.21)

Contudo, ser feminista não basta para mudar a realidade por completo. Posteriormente, é necessário que enxerguemos os malefícios que o capitalismo trás para as mulheres e para a nossa classe. Assim, é preciso um feminismo de classe, que considere a historicidade da sociedade e todas as mulheres exploradas no processo de ascensão do capitalismo. Dessa forma, tecer a nossa luta enquanto mulheres da classe trabalhadora torna-se mais evidente. Enfrentar os malefícios do patriarcado e do capitalismo é hiperativo para nós. Dessa forma, o convite a enxergar a sociedade como ela se apresenta é cotidiano. Perceber as mulheres mais afetadas

pela articulação desse sistema e caminhar com elas para a derrubada do mesmo. O “uni-vos” é radical para nós, não nos deixemos abalar e esquecer, a luta das mulheres é resistência e cotidiano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho gira em torno de trazer elementos para a discussão da articulação entre as desigualdades construídas no binômio patriarcado-capitalismo e como o alvo dos ataques são as mulheres da classe trabalhadora. Dessa forma, buscamos apresentar a necessidade de conhecer nosso processo histórico e como o hoje está apresentado para nós. Perceber ainda o feminismo enquanto possibilidade de articulação política das mulheres e abrir diálogo para enxerga-lo com suas contradições e possibilidades.

Reforçamos assim, que sem a presença e articulação das mulheres a luta por uma sociedade verdadeiramente emancipada para a classe trabalhadora se torna obsoleta. Considerar que somos muitas e centrais na luta contra o capitalismo é importante para saber que sem as mulheres a luta da classe vai pela metade. É preciso que sejamos um só corpo articulado e que radicalizemos a luta contra o sistema patriarcal-capitalista.

REFERENCIAS

AGENCIA IBGE. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostrar-desigualdade.html>>

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Perguntas Frequentes. Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-sae/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalho-e-como-ela-incide-nas-relacoes-de-trabalho>>

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de Serviço Social)

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.



CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, "raça" /etnia e classe: uma análise feminista-materialista.** Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

DELPHY, Christine. In: HITARA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza.** O caso brasileiro. p. 464 - 479 Estudos Feministas nº02/1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3a edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SECRETARIA DO GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. O que é a Divisão Sexual do Trabalho e como ela incide nas relações de trabalho? 24 de Fevereiro de 2016. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/acesso-a-informacao/perguntasfrequentes/perguntas-frequentes-sae/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalho-e-como-ela-incidenas-relacoes-de-trabalho>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

Silva, Carmen S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas.** - Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

ZETKIN, Clara. Apenas Junto Com as Mulheres Proletárias o Socialismo Será Vitorioso. Discurso ao congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha, Gotha, 16 de outubro de 1896. Berlim. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>